



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LUCIANA RHARISSA DE LIMA

FORMAÇÃO INTELECTUAL, PODER POLÍTICO E MEMÓRIA DE D. LEOPOLDINA



Pintura da jovem Leopoldina - Wikimedia Commons

JOÃO PESSOA

2025

LUCIANA RHARISSA DE LIMA

FORMAÇÃO INTELECTUAL, PODER POLÍTICO E MEMÓRIA DE D. LEOPOLDINA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Licenciatura plena em História.

Orientadora: Ariane Norma de Menezes Sá

JOÃO PESSOA

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732f Lima, Luciana Rharissa de.

Formação intelectual, poder político e memória de D. Leopoldina / Luciana Rharissa de Lima. - João Pessoa, 2025.

45 f. : il.

Orientadora: Ariane Norma de Menezes Sá.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. D. Leopoldina. 2. Biografia. 3. Representação feminina. I. Sá, Ariane Norma de Menezes. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 929

LUCIANA RHARISSA DE LIMA

**FORMAÇÃO INTELECTUAL, PODER POLÍTICO E MEMÓRIA DE D.
LEOPOLDINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Licenciatura plena em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Ariane Norma de Menezes Sá (orientadora)
Departamento de História (DH) – UFPB

Prof. Dr^a. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (examinadora)
Departamento de História (DH) – UFPB

Prof. Dr^a. Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano (examinadora)
Departamento de Fundamentação da Educação (CE) – UFPB

RESUMO

Este estudo investiga a representação da faceta intelectual da imperatriz D. Leopoldina em duas biografias distintas, escritas por Amilcar Salgado dos Santos (1927) e Paulo Rezzutti (2017). A análise comparativa dessas obras destaca como a formação educacional austríaca e a atuação política de Leopoldina são retratadas de maneira diversa, refletindo as perspectivas historiográficas de cada época. Ao examinar a influência de Leopoldina nos bastidores da história, esta pesquisa contribui para a discussão da relevância de estudar biografias femininas na historiografia e como elas podem ser reinterpretadas ao longo do tempo.

Palavras chaves: D. Leopoldina; biografia; representação feminina; educação; política.

ABSTRACT

This study investigates the representation of the Empress D. Leopoldina's intellectual side in two distinct biographies, that were written by Amilcar Salgado dos Santos (1927) and Paulo Rezzutti (2017). The comparative analysis of these works highlights how Leopoldina's Austrian education and political engagement are portrayed in different ways, reflecting the historiographical perspectives of the authors' respective periods of time. By examining Leopoldina's influence behind the scenes of history, this research contributes to the discussion on the importance of studying women's biographies in historiography and how they can be reinterpreted over time.

Key words: D. Leopoldina; biography; female representation; education; policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. FORMAÇÃO INTELECTUAL	11
1.1 Ser mulher no início do século XIX	11
1.2 Educação na corte de Viena	12
1.3 Espírito devoto e mente curiosa	15
1.4 Interesses científicos e aventureiros	16
2. PAPEL POLÍTICO COMO IMPERATRIZ DO BRASIL	20
2.1 O Brasil no século XIX	20
2.2 Uma boa influência para D. Pedro	22
2.3 Conselheira política de D. Pedro I e “Matriarca” da Independência	25
3. NARRATIVAS E DISPUTAS DE MEMÓRIA	31
3.1 Comparação entre as duas biografias	31
3.2 Memória da “mãe do Brasil”	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

“O retrato do príncipe está me deixando meio transtornada, é tão lindo como um Adônis; [...] asseguro-te, já estou completamente apaixonada; o que será de mim quando vir o príncipe todos os dias?” (Kann e Lima, 2006, p. 284), escreveu a jovem arquiduquesa da Casa Habsburgo. Aventura e paixão eram os dois elementos que compunham as fantasias de Maria Leopoldina Carolina Josefa de Habsburgo-Lorena, quando ela, em 1817, desembarcou no Rio de Janeiro para se incorporar a família e corte do seu desconhecido esposo, o príncipe herdeiro do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, D. Pedro.

A história da primeira imperatriz do Brasil, cativou o imaginário do povo brasileiro durante o primeiro reinado. Logo após sua morte, a lembrança do seu sofrimento no âmbito conjugal fez com que fosse comum compará-la a uma santa que teve seu martírio pelas mãos de D. Pedro I – ou pelos pés, devido ao mito de que D. Pedro I teria dado pontapés na esposa grávida, levando a sua enfermidade e posterior óbito. Seus dias finais consistem em um período de grande comoção popular, no qual rezas eram feitas em seu nome e seu estado de saúde era divulgado diariamente nos jornais, revelando a afeição que o povo sentia por sua imperatriz.

Nascida no berço de uma das dinastias mais relevantes da Europa, a dos Habsburgo, em 1797, Leopoldina era filha de Francisco II¹, imperador do Sacro Império Romano-Germânico – que posteriormente veio a se tornar Francisco I, o imperador da Áustria – com Maria Teresa², o que lhe conferiu o título de arquiduquesa da Áustria. A infância de Leopoldina foi marcada pelas guerras que assolavam a Europa com “as mudanças revolucionárias”, efetuadas por Napoleão Bonaparte³, “nas leis, nos costumes e até no modo de pensar” (Cassotti, 2015, p.16) do Antigo Regime e do seu tradicionalismo absolutista.

Esse mesmo inimigo, que fez os Habsburgo perderem uma “grande parte de sua herança ancestral” (Rezzutti, 2017), posteriormente, como consequência do xadrez político da sua família, tornou-se cunhado de Leopoldina, ao casar-se com sua irmã mais velha, Maria

¹ Francisco I foi o último imperador romano-germânico, sendo referido como Francisco II. Entretanto, com as Guerras Napoleônicas, mais especificamente com a sua derrota na Batalha de Austerlitz para Bonaparte, Francisco II, além de ter feito concessões de domínios territoriais, abdicou, em 1806, de sua coroa ancestral, tornando-se, então, Francisco I, o primeiro imperador da Áustria (Rezzutti, 2017).

² A princesa Maria Teresa das Duas Sicílias foi a segunda esposa de Francisco II, “ela era uma mulher vivaz, enérgica e bastante inteligente” (Rezzutti, 2017). Padeceu de pleurisia tuberculosa, morrendo em 13 de abril de 1807.

³ A Era Napoleônica configura a fase em que Napoleão Bonaparte manteve-se no poder da França, de 1799 a 1815, tendo sido marcada tanto por reformas políticas e administrativas internas, quanto pelas campanhas de expansão militar francesa na Europa. Ver: Englund, 2011.

Luísa. Moldada pelos princípios da sua tradicional dinastia, a arquiduquesa possuía uma invejável formação educacional, o que lhe proporcionou uma ampla visão estadista. Sua instrução também a preparou para aceitar que sua posição exigia “deveres” políticos, que na sua condição de mulher da realeza, consistiria em um casamento vantajoso para sua nação.

Pela necessidade de fazer novas alianças, Francisco I e D. João VI negociaram a união entre seus filhos. Em 1817, Leopoldina casou-se com D. Pedro, e mesmo sem nunca tê-lo visto, já idealizava o esposo e a nova pátria com base no que havia ouvido sobre ambos, e assim partiu para outro lado do Atlântico. Os nove anos que a austríaca passou no Brasil podem ser vistos sob três perspectivas: a apazibilidade dos anos em que D. João VI ainda estava no Brasil; a agitação do período de transição para a independência da nação; e a amargura de seus anos finais, quando seu esposo arranhou uma amante favorita.

Pouco a pouco, a melancolia foi tomando conta da imperatriz, e mesmo tendo se adaptado à Corte da sua nova família, a diferença entre os modos e sua primazia intelectual, reforçaram sua condição de “estrangeira”, levando-a um certo isolamento. Numa carta a sua amiga Maria Graham, a imperatriz desabafou, “ainda acham de me espionar para me amofinar e provocar-me aborrecimentos. É preciso resolver-se a ser um mártir de paciência”. (Kann e Lima; p. 443 *apud* Rezzutti, 2017). Em compensação, aos olhos dos súditos, a consorte era um símbolo de candura e generosidade, eles a admiravam muito mais do que a D. Pedro I – o esposo infiel. Foi nesta conjuntura que em 1826, em decorrência de um aborto espontâneo, D. Leopoldina faleceu, deixando para trás, além dos filhos, um rastro de comoção popular.

A “tragédia” da arquiduquesa austríaca está sempre chamando a atenção de biógrafos desde meados do século XIX até a atualidade (Tessitore, 2017), o que enfatiza que ela é personagem que dificilmente será esquecida da memória nacional. Embora sua cultura e seu preparo para o trono fossem características reconhecidas por seus contemporâneos e admiradores subsequentes da História do Brasil, ainda assim, por um lapso considerável, sua influência política foi secundarizada diante do sofrimento causado pelos casos amorosos de seu marido. Isso fez com que a sua melancolia e a solidão matrimonial tornassem elementos que se sobressaíram ao evocar a memória que se tem sobre a austríaca (Rezzutti, 2017), simplificando sua vida apenas aos seus anos finais.

Sob essa perspectiva, torna-se interessante estudar o “relato de vida” da primeira imperatriz do Brasil através do gênero biográfico, para compreender como a historiografia e a biografia foram moldando a imagem de personagens históricas femininas. Conforme observa Sabina Loriga (1998, p. 225), “A fronteira que separa a biografia da história sempre foi

bastante imprecisa”, até que houve a “redescoberta” desse gênero textual, em virtude do “desejo de estender o campo da história, de trazer para primeiro plano os excluídos da memória, reabriu o debate sobre o valor do método biográfico”.

Convém destacar que, explorar o gênero biográfico dentro dos domínios da História consiste num trabalho que requer rigor científico, pois nota-se certos desafios metodológicos que o pesquisador se depara ao tentar levantar uma narrativa próxima da verdade (de Sá Avelar, 2010). Em “A ilusão biográfica”, Pierre Bourdieu explica como é quimérica a crença de que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto” (Bourdieu, 2006, p. 184). Isto é, a vida não é coesa, não há um roteiro planejado que define o epílogo da história de um indivíduo, mas, a coerência é formada ao narrar a vida, ou melhor, ao biografá-la.

Sobre isso, ainda podemos acrescentar o pensamento de Philippe Lejeune, que adverte sobre a genuinidade dos relatos autobiográficos – nesse caso específico, é uma reflexão que podemos facilmente associar também às biografias –, recordando que um aspecto é questionável, já que palavras não conseguem assimilar completamente a vida de um indivíduo, havendo sempre uma seletividade de ocorrências em tais obras.

A tentativa de expressar a verdade, no entanto, faz com que as histórias sejam socialmente válidas, no sentido de proporcionar uma garantia da legitimidade dos acontecimentos descritos nas autobiografias e nas biografias. Lejeune (2008, p. 104) constata que “Certamente é impossível atingir a verdade, em particular a verdade de uma vida humana, mas o desejo de alcançá-la define um campo discursivo e atos de conhecimento, um certo tipo de relações humanas que nada têm de ilusório.”.

Pensando nisso, a análise aqui proposta é, principalmente, o contraste de duas biografias sobre D. Leopoldina, com ênfase na construção de sua faceta intelectual. A primeira é a obra escrita pelo militar e historiador, Amílcar Salgado dos Santos, em 1927, intitulada “A Imperatriz D. Leopoldina: Mãe do Imperador D. Pedro II”. Este autor destaca a imagem de Leopoldina como venerável, em virtude do seu papel como esposa devota, configurando, assim, o exemplo adequado de mãe do Brasil.

Se tratando de um historiador militar, Santos expressa uma visão nacionalista e moralizante, fazendo críticas acerca do caráter moral de D. Pedro I – sobretudo, diante das atitudes galanteadoras do imperador e do seu infame caso com a Marquesa de Santos, Domitila de Castro –, enquanto que, para com a arquiduquesa, o autor demonstra respeito e apreço, chamando-a constantemente de “virtuosa e querida imperatriz” (1927, p. 141). Um

aspecto que chama atenção na construção biográfica feita por Santos são as longas citações de livros de História do Brasil ou de artigos científicos, algo típico da escrita da época.

Já a segunda é a de Paulo Rezzutti – biógrafo com grande interesse pela História Imperial, já tendo, inclusive, escrito biografias sobre Domitila e sobre D. Pedro I e II –, que tem como título “D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil”⁴, de 2017. Para compor essa narrativa, Rezzutti realizou uma pesquisa de fôlego, mergulhando numa profunda documentação sobre a imperatriz, como cartas, diários, registros de viagem, relatórios diplomáticos etc.). Evitando lacunas, o enfoque do livro é revisionista, enfatizando que Leopoldina foi muito mais do que uma devota esposa de um marido infiel ou do herói da independência brasileira.

Embora esses dois autores demonstrem um amplo conhecimento sobre a história da princesa austríaca e imperatriz brasileira, a grande passagem de tempo entre a escrita dessas duas fontes revelam uma distinção teórica metodológica. Em virtude disto, percebe-se que a biografia mais antiga busca transmitir valores morais e patrióticos, atitude típica da modernidade dos anos 20, que estava “presa a uma visão de cultura tradicional e preocupada em construir a Cultura Nacional” (Milton Lahuerta em Lorenzo e Costa, 1997, p. 96).

Na década de 1970, as pesquisas sobre mulheres se fortaleceram, “apoiada à explosão do feminismo e articulada ao crescimento da antropologia e da história das mentalidades, incorporando as contribuições da história social e dos aportes das novas pesquisas sobre memória popular” (Soihet, Soares e Costa; 2000, p. 8). Isso se reflete na biografia elaborada por Paulo Rezzutti, cujo intuito é o de mostrar uma personagem mais complexa: mulher aristocrata, intelectual, cientista amadora. Para então poder mergulhar mais fundo no seu poder político.

Cumprе mencionar que ao relacionar os estudos biográficos com a questão de gênero na historiografia, verifica-se que, tradicionalmente, os estudiosos demonstraram pouco interesse pela história das mulheres. Frequentemente, os múltiplos papéis que as mulheres exerceram no desenvolvimento de estruturas políticas, econômicas e culturais foram invisibilizados ou marginalizados dos registros escritos. Michelle Perrot demonstra que, mesmo havendo exceções, a história oficial tinha como regra o silenciamento da participação feminina. A autora aponta que:

⁴ A edição consultada da biografia de Leopoldina escrita por Rezzutti (2017) consiste num *e-book*, que, infelizmente, não apresenta paginação convencional. Dessa forma, neste artigo, todas as citações desta obra foram feitas informando apenas o ano de publicação.

Até o século XIX, faz-se pouca questão de mulheres nos relatos históricos, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem (1995, p. 13).

É justamente no patamar da “exceção” que a memória da imperatriz Leopoldina aparece na historiografia. Sua trajetória no período imperial do Brasil ultrapassa o papel tradicionalmente conferido às mulheres da época, vinculado à domesticidade e à passividade. Isto torna Leopoldina uma figura simbólica e de grande relevância histórica, cujo passado desperta especial interesse para a pesquisa. Portanto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre como esses livros, com 90 anos de diferença, que abordam a trajetória de Leopoldina, observando as aproximações e os distanciamentos das duas obras, considerando as escolhas e a ênfase dadas aos recortes da sua jornada. Ademais, outras obras – biográficas e historiográficas – também serão usadas como apoio contextual, para uma análise mais ampla do período.

Para melhor compreensão do tema, além da introdução e das considerações finais, o presente Trabalho de Conclusão de Curso foi dividido em três seções principais. Na primeira seção, dedica-se à formação intelectual da arquiduquesa, durante seus anos na Corte de Viena, e ao seu interesse pelas ciências naturais. Em seguida, na segunda seção, discute-se a atuação política da imperatriz, focando na influência que a mesma exerceu sobre D. Pedro I antes e durante o período de luta pela emancipação do Brasil. Já a terceira seção, examina a memória construída em torno da figura de Leopoldina com o passar dos anos, apresentando uma análise mais crítica das biografias de Santos e Rezzutti, mas também da exposição que a imperatriz recebe nos livros de História do Brasil.

1. FORMAÇÃO INTELECTUAL DE LEOPOLDINA

1.1 Ser mulher no início do século XIX

Há uma percepção comum de que o século XIX foi apenas um período de repressão feminina, entretanto, isso configura uma visão totalizante. Segundo Perrot e Fraise (1991, p. 7),

A imagem do século XIX sombrio e triste, austero e opressivo para as mulheres, é uma representação espontânea. É certo que esse século repensou a vida das mulheres como o desenrolar de uma história pessoal, submetida a uma codificação colectiva precisa e socialmente elaborada. Seria, porém, errado pensar que essa época é apenas o tempo de uma longa dominação, de uma absoluta submissão das mulheres.

Para a autora, dois eventos causaram uma ruptura política na vida das mulheres que, além da esfera privada, acrescentou-se uma esfera pública para as mesmas. São eles: a Revolução Americana (1765-1783) e a Revolução Francesa (1789-1799). Perrot e Fraise (1991, p. 19) explica que, tais revoluções "dão ambas lugar a um espaço onde as mulheres se permitem um gesto colectivo, uma reunião de pessoas do mesmo sexo fora dos lugares, as mais da vezes privados, onde ocorrem habitualmente".

Claro que, a posição que a mulher exerce no espaço público sempre foi uma questão polêmica, visto que "Existem lugares praticamente proibidos às mulheres — políticos, judiciários, intelectuais, e até esportivos... —, e outros que lhes são quase exclusivamente reservados — lavanderias, grandes magazines, salões de chá..." (Perrot, 1998, p. 37). Além disso,

O corpo das mulheres, seu sexo, esse poço sem fundo, apavora. E, deste ponto de vista, as ciências naturais e biológicas, em pleno florescimento a partir do século XVIII, nada resolveram. Ancoram um pouco mais a feminilidade no sexo e as mulheres em seus corpos, escrutados pelos médicos. Estes as descrevem como doentes perpétuas, histéricas, à beira da loucura, nervosas, incapazes de fazer abstração, de criar e, acima de tudo, de governar. Elas inquietam os organizadores da cidade, que vêem nas multidões, onde elas estão tão presentes, o supremo perigo." (Perrot, 1998, p. 9)

Embora influente, o papel das mulheres continuava dentro de limites doméstico, afinal, como aponta Hunt (1991, p. 26) sobre a Revolução Francesa, seria ultrajante emancipar "as mulheres de sua identidade exclusivamente familiar". Dessa forma, conforme Perrot (2017), no início do século XIX, o imaginário masculino da sociedade burguesa

apresenta uma ampla mitologia sobre a mulher: a mãe ideal, a esposa virtuosa, a prostituta. Vale ressaltar que

Esboça-se um triplo movimento no século XIX: relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público; constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino; superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas. Mas com algumas ressalvas preliminares. Primeiramente, nem todo o público é o “político”, nem todo o público é masculino. A presença das mulheres, tão forte na rua do século XVIII, persiste na cidade do século XIX, onde elas mantêm circulações do passado, cercam espaços mistos, constituem espaços próprios. Por outro lado, nem todo o privado é feminino. Na família, o poder principal continua a ser o do pai, de direito e de fato.” (Perrot, 2017, p. 163)

No Brasil, a elite urbana dispôs de valores de moralidade, ordem, disciplina e domesticidade. Logo, o comportamento ideal para as mulheres do século XIX, ainda estava envolto no âmbito doméstico e sua responsabilidade era a de educar os filhos e manter a moral da família (D’Incao, 2004). Sendo assim,

Presenciamos ainda nesse período o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível. Verdadeiros emblemas desse mundo relativamente fechado, a boa reputação financeira e a articulação com a parentela como forma de proteção ao mundo externo também marcaram o processo de urbanização do país. (D’Incao, 2004, p. 223)

No entanto, em algumas conjunturas – aquelas excepcionais –, vemos algumas mulheres participando de meios intelectuais e culturais, e, até mesmo, chegando a influenciar decisões políticas. E esse foi o caso da trajetória da imperatriz Leopoldina, já que, como ostentou Perrot (1998, p. 61), “Entre os Habsburgos de Viena, as mulheres são um pouco mais emancipadas”.

1.2 Educação na corte de Viena

Casar com uma princesa da Casa da Áustria, no século XIX, conforme relata Rezzutti, era o mesmo que adquirir um “artigo de luxo”, visto que o marido obteria “uma mulher com instrução suficiente para ser uma estadista” (2017). De fato, a preparação que os filhos da realeza austríaca recebiam era rigorosa e exemplar, já que eles eram ordenados para atuar como instrumentos diplomáticos, isto é, propícios para alianças internacionais (Rezzutti, 2017). Desse modo, o matrimônio configurava uma moeda de troca para a dinastia

expandir-se territorialmente, fortalecendo cada vez mais sua identidade aristocrática, que requeria um ensino apurado para todos os descendentes reais dos Habsburgo, sendo homem ou mulher.

Na biografia escrita por Santos, recorrentemente, ele enaltece o caráter virtuoso da arquiduquesa, mas limita-se a observações superficiais sobre sua formação educacional, revelando-nos apenas que ela recebeu uma instrução acurada, tendo se devotado às ciências naturais – tema que será retomado numa seção posterior – e tinha a caça como recreação. Essa perspectiva é evidenciada quando o autor escreve: “Apezar dos agitados tempos por que passára sua patria, seu pae lhe dera esmerada educação. Foi educada tambem nos esportes, sendo para ella um dos mais predilectos passa-tempos — a caça. Tomou-se de interesse por tudo o que se prendia á Historia Natural.” (Santos, 1927, p. 16).

Um traço curioso é que, embora aponte Francisco I como o responsável pela educação primorosa de Leopoldina, Santos reitera que a mesma herdou “tantas e tão bellas virtudes” da sua bisavó, Maria Teresa⁵, pois “Era Francisco I de intelligencia mediocre. Quem governou seu paiz foi Metternich, o temivel diplomata” (1927, p. 13). Em contraposição, Rezzutti reconhece o pai da futura princesa do Brasil como um imperador instruído, porém sem o pulso necessário para ser um governante astuto. Ele descreve que

Francisco era muito culto, falava diversos idiomas e, seguindo a tradição dos Habsburgo, era profundamente devoto e dado à caridade. Inteligente, era dotado de raciocínio rápido, o que facilitava piadas e gracejos espirituosos. Mas não possuía muita força de vontade nem visão de estadista. (2017)

Rezzutti ainda compara a personalidade do imperador da Áustria com a da sua filha, dizendo que ele “foi descrito como um homem reservado, inseguro, lacônico e dado à melancolia” (2017), sendo a melancolia um dos atributos que os dois Habsburgo compartilharam no decurso de sua existência. O biógrafo vai mais além ao conceituar a formação cultural e educacional da arquiduquesa, ao informar que foi o filho de Maria Teresa, Leopoldo II, quem havia estabelecido as bases da “educação dos príncipes da casa de Habsburgo” (2017). Conforme Rezzutti, Leopoldo II “acreditava que as crianças deveriam ser desde cedo inspiradas a ter qualidades elevadas, como humanidade, compaixão e desejo de fazer o povo feliz” (2017).

Além disso, Rezzutti prossegue explicando que o imperador também julgava que era importante educar as crianças de acordo com suas predisposições, e que “antes de mais nada

⁵ Segundo Rezzutti (2017), “Apesar de tudo o que Maria Teresa teve que enfrentar para suceder ao pai, ela conseguiu legar um Estado e um Exército moderno para seus sucessores”.

é necessário conseguir-se a confiança dos filhos, torná-los sinceros e francos e inculcar-lhes a aversão à mentira, à dissimulação, às artimanhas, às bisbilhotices, etc.” (Oberacker *apud* Rezzutti, 2017).

Em 1810, a rotina de Leopoldina consistia em acordar às 7:30, ir para a igreja às 8:30, e às 9:00 começava seus estudos sob a supervisão de uma sucessão de preceptores que ministravam um amplo conjunto de saberes, “como leitura, escrita, alemão, francês, italiano, dança, desenho, pintura, história, geografia e música; em módulo avançado, matemática (aritmética e geometria), literatura, física, latim, canto e trabalhos manuais” (Rezzutti, 2017).

Sobre a educação de Leopoldina, outras biografias, como a de Cassotti, também confirmam que a arquiduquesa recebeu uma formação sofisticada, alinhada aos padrões das elites europeias da época, em que a política dinástica exigia que seus membros circulassem entre diferentes cortes. O autor observa que:

Como era lógico, por fazer parte de uma monarquia que incluía muitas nacionalidades, cada uma com seu próprio idioma, Leopoldina recebeu instrução em ao menos três das cinco línguas principais utilizadas no império. A começar pelo alemão, que, segundo testemunhos posteriores, Leopoldina falava com sotaque vienense, mas cuja sintaxe nunca chegou a dominar completamente para escrever, conforme se pode comprovar em suas cartas a Luísa, a maioria escrita nesse idioma. Quanto ao francês, a língua da diplomacia da época, ela o falava perfeitamente, mas na escrita apresentaria os mesmos defeitos que no alemão. Ela também tinha conhecimentos aceitáveis de italiano, que começou a estudar só aos doze anos, apesar de que seus pais haviam nascido e vivido muitos anos na Itália. Anos mais tarde, Leopoldina se dedicaria também ao estudo do inglês. (Cassotti, 2015. p. 22)

Mais adiante, em 1816, ciente de seu iminente casamento com o príncipe da Casa Bragança, Leopoldina deu início aos estudos da língua portuguesa e do conhecimento que teve acesso sobre o Brasil. Santos (1927, p. 20) menciona isso, em sua obra, ao reproduzir um trecho escrito por Oliveira Lima, dizendo o seguinte a respeito da austríaca: “Assim que ficou decidido o seu casamento, entrou com toda a consciencia de uma boa allemã que toma ao serio suas obrigações, a estudar não só a lingua portuguesa, como historia, geographia, produções, etc. do paiz que ia adotar.”.

Rezzutti (2017) também conta um pouco sobre o prelúdio do aprendizado de português de Leopoldina, ao dizer que “Seu pendor para o estudo pode ser visto na sua aplicação para aprender o idioma de sua nova pátria: “Hoje terei minha primeira aula de português, que é muito difícil, principalmente por causa da pronúncia pela garganta e o cecear”, escreveu à irmã.”. Além disso, segundo o biógrafo, a Habsburgo se dedicou ainda mais ao estudo da música, pois sabia que era uma arte muito apreciada no Brasil. Assim, mediante uma nova realidade que se aproximava, a futura princesa do Brasil, acostumada a intensos cronogramas de estudos, e dotada de um genuíno interesse pelo aprendizado, logo,

não é de se espantar o seu empenho em tentar conhecer melhor os costumes do seu noivo e de sua nova nação.

1.3 Espírito devoto e mente curiosa

A religiosidade sempre foi um pilar central para a identidade da Casa Habsburgo, principalmente entre as mulheres, que incorporaram valores cristãos como base para suas vidas. De acordo com Rezzutti (2017), a longa tradição dos imperadores do Sacro-Império Romano fundamentava-se na ideia de que seu poder político estava diretamente conectado com o divino. Isso os tornavam defensores não só do Império, mas também da fé católica e tinham como código a *Pietas Austriaca* (piedade austríaca), a partir do qual “Os membros da casa adotaram uma piedade especificamente dinástica, instituindo um catálogo de virtudes morais e religiosas que deveriam constar da educação de seus príncipes.” (Rezzutti, 2017).

Nesse sentido, a formação religiosa de D. Leopoldina chega a seu ápice com a influência da sua madrastra, e terceira esposa de Francisco II, a imperatriz Maria Ludovica. A “querida mamãe”, termo usado por Leopoldina nas cartas, foi uma figura de grande prestígio para a jovem Habsburgo em seus anos de formação, tanto no quesito moral quanto religioso. De acordo com Rezzutti (2017), Maria Ludovica, dotada de uma saúde frágil, ao casar-se com o imperador da Áustria, “herdou” os filhos de sua predecessora. No entanto, ao contrário do estereótipo de madrastas distantes, a nova esposa de Francisco I certificou-se de intervir na educação de seus enteados, não permitindo que as adversidades da guerra contra Napoleão interferissem em seus estudos (Cassotti, 2015).

Zelosa, porém disciplinadora, Maria Ludovica chegava até a aplicar castigos quando achava necessário para corrigir as crianças, como informa Rezzutti (2017). Ainda conforme o autor, foi ela “a responsável pela introdução de Leopoldina ao *Pietas Austriaca*”, e quem “cuidou da preparação dela no catecismo e levou-a à sua primeira eucaristia”. Em decorrência da religiosidade dos Habsburgo, em 1810, a arquiduquesa ingressou na aristocrata Ordem da Cruz Estrela, que era estritamente feminina, cujos “membros deviam se dedicar à oração, à adoração da Santa Cruz, a levar uma vida de virtude e a praticar obras de assistência espiritual, além de se envolverem em trabalhos de caridade.” (Rezzutti, 2017).

No decurso do século XIX, é interessante observar como algumas trajetórias de personagens brilhantes se cruzaram, mesmo que momentaneamente, como é o caso de Leopoldina com o escritor romântico, Johann Wolfgang von Goethe. Novamente, foi através

de Maria Ludovica que a futura princesa do Brasil foi, no verão de 1812, apresentada ao autor de “Os sofrimentos do jovem Werther”. Segundo Rezzutti (2017), ela estava acompanhando sua madrastra numa viagem para a cidade de Karlsbad, onde a imperatriz iria fazer tratamento de banhos numa tentativa de recuperar a delicada saúde, quando tiveram contato com o escritor. O biógrafo conta que:

A imperatriz ficou amiga do grande escritor e convidava-o quase diariamente para ler suas obras para elas. Goethe e Maria Ludovica chegaram a escrever e encenar pessoalmente uma peça teatral na estação de águas. Logo que retornou a Viena, Maria Ludovica procurou se inteirar mais a respeito da produção literária de Goethe, apresentando-a à enteada, e assim Leopoldina se veria imersa no ideal romântico, em sua melancolia e em suas paixões idealizadas.

Apesar de haver momentos de lazer e diversão nas vidas dos jovens Habsburgo – como jogos, bailes e teatro –, a formação intelectual deles era levada muito a sério, fazendo com que mesmo nas férias houvesse momentos de aprendizado. Essas informações aparecem, mais uma vez, na biografia escrita por Rezzutti (2017), que explica que “a arquiduquesa fazia excursões de estudos, visitava plantações, criações de gado, fábricas, estufas, fundições e minas, além de museus, jardins botânicos e gabinetes de curiosidades. Após as visitas, realizava relatórios de estudos”. Dessa forma, fica perceptível que Leopoldina circulava por ambientes um pouco incomuns para os aristocratas de sua época, o que com certeza a fez ampliar sua perspectiva social.

1.4 Interesses científicos e aventureiros

Quando as negociações para o casamento entre a arquiduquesa austríaca e D. Pedro, o príncipe herdeiro do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, estava em progresso, Leopoldina passou a ter audiências com o marquês de Marialva (D. Pedro José Joaquim Vito de Meneses), emissário português escolhido por D. João VI “para conseguir uma esposa para d. Pedro” (Schwarcz e Starling, p. 198). Na primeira delas, ansiosa para conhecer mais a respeito do seu noivo, perguntou quais eram os estudos favoritos do príncipe (Santos, 1927). Sabendo da predileção da jovem pelas ciências naturais, Marialva nutriu nela a ilusão de que D. Pedro também era afeiçoado à essa área do saber. “Era o primeiro engano a que sujeitavam-n’a, pois logo, muito agrededida da noticia, prometeu levar ao noivo preciosa collecção de mineraes da Europa e tambem profusão de plantas vivas para serem acclimadas no Brasil.” (Tobias Monteiro *apud* Santos, 1997, p. 25)

Entre as paixões de Leopoldina, o interesse pelas ciências naturais ocupava um significativo espaço dentro do seu coração. Inclusive, tal paixão era mais uma qualidade que a arquiduquesa compartilhava com o pai, visto que Francisco I era

Estudioso de ciências naturais e botânica, Francisco gostava de colecionar retratos de sua família, desde os mais antigos membros até os contemporâneos. Sua biblioteca deu início à Biblioteca Nacional da Áustria. O imperador – como os demais Habsburgo desde o tempo de seu tio José II – praticava um ofício burguês, no caso a jardinagem, que se transformaria numa paixão transmitida aos filhos. (Rezzutti, 2017)

Assim como o pai, Leopoldina também gostava de colecionar e “montou acervos de moedas, plantas, flores, minerais e conchas” (Rezzutti, 2017). Além disso, ela demonstrava um interesse genuíno pela mineralogia, e numa visita a Universidade de Praga, a arquiduquesa se encantou pela exposição mineralógica, relatando, posteriormente, tudo em carta para a irmã Maria Luísa: “[...] Fomos para o gabinete dos minerais, que contém exemplares raros e mais de 51 vitrines. Eu poderia passar o dia inteiro lá dentro sem comer nada; desde que estive em Praga aumentei minha coleção com algumas pedras e exemplares lindos.” (Kann e Lima, p. 183 *apud* Rezzutti).

Conforme Rezzutti (2017), o exotismo era outro fator prezado dentro do seio da família Habsburgo, no sentido de haver uma curiosidade pela fauna e flora das terras distantes, tais como a Ásia, África e América. Crescer num espaço que valoriza a observação da natureza e o contato com espécies (vegetal e animal) oriundas de lugares desconhecidos, fez de Leopoldina uma pessoa propensa a aventuras e com grande entusiasmo pela botânica. Numa carta para Maria Luísa, ela confidencia:

Empenho-me bastante para passear, principalmente em meu jardim, meu predileto, cheio de frutas, em particular maçãs, peras, um abrunho amarelo, e ameixeiras, uma cerejeira, vinte e quatro pessegueiros, doze parreiras, quatro ginjeiras, e dois damasqueiros, depois muitas árvores exóticas e plantas perenes, além disso há canteiros com brotos [...] e frutas silvestres. (Kann e Lima, p. 192 *apud* Rezzutti)

A maior aventura da sua vida realizou-se em razão do seu casamento com D. Pedro, pois o príncipe português se encontrava em terras americanas, o Novo Mundo que tanto chamava a atenção da aristocracia europeia. Essa aliança matrimonial foi um negócio, um acordo, no qual ambos os lados — os governantes, Francisco I e D. João VI — possuíam interesses. Para Portugal, o compromisso entre um Bragança com alguém da família Habsburgo era oportuno para fortalecer a coroa portuguesa, com isso,

«A aliança com a casa da Austria, que encabeçava á Santa Alliança e devido aos talentos de Metternich contrabalançava no mundo a influencia da Grã-Bretanha, viria aliviar Portugal do peso da tutela ingleza, que se consideraava cada vez mais legitima, após a queda de Napoleão e a libertação do territorio lusitano pelas hostes commandadas por Wellington. (*apud* Santos, 1927, p. 19)

Para mais, os planos iniciais de D. João VI consistia em casar não apenas Pedro e Leopoldina, como também sua infanta Isabel Maria com o herdeiro da coroa de Francisco I, Ferdinando I – todavia, tais planos não se sucederam. Já para a casa da Áustria, que mesmo após a derrota de Bonaparte ainda tinha que lidar com as dívidas causadas pelos gastos com a guerra, pensava no desenvolvimento econômico de sua nação. Portanto,

a união entre os Habsburgo e os Bragança abria não apenas à Áustria, mas para os demais Estados germânicos, os portos do Brasil, até então controlados exclusivamente pelo comércio com a Inglaterra. Comercialmente, ter uma Habsburgo como rainha desse novo Reino americano era muito interessante, afinal, isso poderia vir a ajudar na retomada do crescimento econômico austriaco. (Rezzutti, 2017)

Para que tudo se concretizasse, Marialva tinha carta branca para gastar o que fosse necessário para impressionar a “cultu e opulenta cõrte de Vienna” (Santos, 1927, p. 22). Foi o marquês quem entregou o rico medalhão, emoldurado com brilhantes, no qual se encontrava o retrato de D. Pedro I, o lindo “Adônis” da arquiduquesa (Rezzutti, 2017). Ainda sobre as despesas da coroa portuguesa, Schwarcz e Starling (2018, p. 198-9) relatam que:

Os gastos da embaixada portuguesa na capital da Áustria compreendiam a distribuição de joias e barras de ouro para o pessoal da corte e para o Ministério de Estrangeiros. Além do mais, deu-se uma rica festa nos jardins imperiais de Augarten, onde o marquês mandou edificar um salão e ofereceu ceia para mais de quatrocentos convidados. O casamento foi celebrado no dia do aniversário de d. João e sem a presença do príncipe noivo.

Assim, após o casamento – realizado por procuração, sem a presença do noivo, que foi representado pelo arquiduque Carlos, tio da noiva – e as celebrações, Leopoldina partiu na aventura de atravessar o hemisfério para encontrar seu esposo e conhecer sua nova família. De Viena, a arquiduquesa partiria para Livorno, na Itália, onde veria sua irmã Maria Luísa pela última vez. Seguidamente, a bordo dos navios portugueses, ela partiria para o Brasil com sua corte de damas austríacas. De acordo com Rezzutti (2017), a longa demora da chegada da frota portuguesa fez com que uma impaciente Leopoldina passasse mais tempo do que o premeditado nas terras italianas, até seu embarque na nau *D. João VI*, em 13 de agosto de 1817.

A travessia foi complicada e a princesa consorte se deparou com tempestades e ventos desfavoráveis. Além do mais, em algumas paradas, Leopoldina conseguiu aproveitar o tempo

livre para seu passatempo favorito: o naturalismo. Por exemplo, “Durante os tres dias em que permaneceu a esquadilha em Funchal, [...] entregou-se durante esse tempo á sua paixão de naturalista-amadora. Consigo levou plantas, flores, animaes pertecentes á flóra e a fauna africana.” (Santos, 1927, p. 43).

Por último, vale frisar que a vinda de Leopoldina para o Brasil também marcou a chegada da missão naturalista, que veio com a finalidade de estudar a “flora, fauna, estructura do solo e riquezas mineraes” (Max Fleiuss *apud* Santos, 1927, p. 16) da nação. Rezzutti (2017) também confirma esse panorama histórico ao esclarecer que:

O príncipe de Metternich organizou uma missão de cientistas para estudar o Brasil. O desconhecido interior brasileiro, com seus animais, sua população, paisagens, riquezas naturais, flora e fauna, passou a despertar interesse nos germânicos, bem como de toda a Europa, impedida até então de pisar na ex-colônia portuguesa. A oportunidade aberta com o casamento da arquiduquesa era imperdível. Assim, cientistas e sábios seguiram junto com as embaixadas que se estabeleceriam no Brasil devido ao casamento entre d. Pedro e d. Leopoldina.

No mesmo período, de acordo com Santos (1927), foi criado um pequeno museu de história natural. Nesse sentido, vemos a abertura de um intercâmbio científico e cultural entre o Brasil e a Áustria, no qual ficou mais fácil para os cientistas europeus satisfazer sua curiosidade em relação ao, pouco conhecido, Novo Mundo. E essa aproximação foi favorecida pelo casamento entre o príncipe herdeiro do trono português e a arquiduquesa austríaca.

2. PAPEL POLÍTICO COMO IMPERATRIZ DO BRASIL

2.1 O Brasil no século XIX

A chegada da família real portuguesa, em 1808, foi um grande marco para o desenvolvimento do Brasil, que no início do século XIX, ainda estava na categoria de colônia. A decisão de D. João VI – ainda como príncipe regente –, de sair da Europa e se estabelecer em Portugal foi motivada pelo ultimato de Napoleão Bonaparte, que exigia que o reino português fechasse seus portos para o comércio com a Inglaterra. Assim, diante da ameaça de uma invasão francesa, D. João preferiu fugir com sua corte para a América, sob a proteção da marinha britânica, e se estabelecer no Rio de Janeiro. Segundo Neves (2011, p. 76)

Tal viagem, no entanto, representava a maneira de garantir a integridade da monarquia que somente estaria assegurada por meio da preservação dos domínios americanos, cujos recursos naturais e humanos sobrepunham-se aos do próprio Reino. Além do mais, cumpria tomar uma decisão em favor da antiga aliada Inglaterra.

No entanto, naquela época, o Rio de Janeiro “não passava de uma cidade bisonha”, deixando “a desejar como capital de colônia” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 176). No geral, todo o Brasil era um “enorme país rural”, e o estilo de vida de seus habitantes “era marcado por influências do imaginário da aristocracia portuguesa, do cotidiano de fazendeiros plebeus e das diferenças e interações sociais definidas pelo sistema escravista” (D’Incao, 2004, p. 223). Era a realidade de uma nação rural, escravista e patriarcal, que mesclava tradições europeias com práticas locais, sobrevivendo da exploração das terras e da mão de obra escravizada. Além disso,

até o início do século XIX não havia no Brasil leis públicas que regulamentassem a limpeza e o uso das cidades. Os espaços para o abate de animais domésticos e para a lavagem de roupas, as fontes centrais, bem como os terrenos para criação de animais e locais para cortar lenha foram reduzidos ou transferidos do centro das cidades para a periferia. A arquitetura dos sobrados se desenvolveu fazendo da rua “uma serva da casa”; portas e janelas abriam-se diretamente para ela. Autoridades públicas limitaram o “mau uso” da casa e tenderam a estabelecer uma nova atitude em relação às ruas, agora consideradas “lugares públicos” e que por isso deveriam manter-se limpas. (D’Incao, 2004, p. 224)

Diante desse cenário, ao chegar no Rio de Janeiro, a família real procurou um lugar longe da cidade para se assentar. O Palácio de São Cristóvão, localizado na Quinta da Boa Vista, se tornou o paço real dos Bragança. Tal espaço foi cedido por Elias Lopes, um

traficante de escravizados, “em troca de dinheiro, postos e condecorações” (Rezzutti, 2017). Conforme Schwarcz e Starling (2018, p. 182), para a consolidação do término do estatuto de colônia, “Foi se produzindo uma enxurrada de documentos para concretizar tal inversão: decisões, legislação, papéis diplomáticos e todos os atos das repartições do real serviço”.

Eventualmente, após a queda de Bonaparte e a permanência dos Bragança no Brasil, fez-se necessário a ascensão dessa nação a categoria de reino, o que ocorreu “Em 16 de dezembro de 1815, o Brasil foi elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves, [...] com o objetivo de reforçar a posição de Portugal nas negociações do Congresso de Viena” (Neves, 2011, p. 81). O ato ia muito além disso, pois também inibia que a trilha revolucionária tomada pelas colônias inglesas e espanholas da América fosse o destino de sua possessão no além-mar. Já na antiga metrópole, essa notícia não foi benquista pela aristocracia portuguesa, já que se sentiam “abandonados” pela realeza, tendo que lidar com o desgaste causados pelas invasões do exército de Bonaparte (Neves, 2011).

Com a morte da rainha portuguesa D. Maria I, em 20 de março de 1816, o seu filho e príncipe regente tornava-se rei, entretanto, o agora D. João VI, “começava, cada vez mais, a conhecer vozes destoantes” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 195) a sua política também no Brasil. Isso era devido ao sentimento de desprestígio que as outras regiões brasileiras tinham em relação ao Rio de Janeiro que, no entender de membros das elites de algumas localidades, parecia que “o domínio escorregava de uma cidade para outra: de Lisboa para o Rio de Janeiro” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 195).

O crescente clima de tensões e conflitos, junto com o antilusitanismo que palpitava em muitas capitais brasileiras, fez com que, em 6 de março de 1817, eclodisse a chamada Revolução Pernambucana. Na época, Pernambuco passava por uma fase complicada, com a alta no preço dos escravizados e a baixa no preço do açúcar e do algodão. A culpa para o desgaste econômico foi jogado na corte, com isso, em Recife, os revolucionários “implantaram um governo provisório baseado na “lei orgânica” que proclamou a República, estabeleceu a igualdade de direitos e a tolerância religiosa, sem tocar no espinhoso problema da escravidão” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 196).

No entanto, como aponta Neves (2011, p. 85) “as discordâncias internas e o receio dos proprietários de terra de que a escravidão fosse abolida enfraqueceram o movimento”. Em 19 de maio do mesmo ano, as tropas lusas chegaram a Pernambuco e os rebeldes não resistiram, rendendo-se diante da demonstração de força política da Coroa. Enquanto isso, as notícias da insurreição pernambucana voaram pelo além-mar, até a Itália, onde uma aflita Leopoldina sentia “o desejo de chegar o mais depressa possível ao termo da viagem, pois anciava

reunir-se á sua nova família, afim de compartilhar as angustias desta, em consequencia áquella phase que passava o Brasil” (Santos, 1927, p. 43).

2.2 Uma boa influência para D. Pedro

Quando a nau D. João VI aportou no Arsenal da Marinha, D. Leopoldina cumprimentou sua nova família real e mirou seu cônjuge pela primeira vez. D. Pedro segurou sua mão e numa procissão real, acompanhada pela multidão curiosa que vibrava com a chegada da princesa, seguiram para a Real Capela do Carmo, onde oficializaram a cerimônia de casamento (Schwarcz e Starling, 2018). O Rio de Janeiro estava em festa, e a princesa admirada ao conhecer aquela terra que tanto havia estudado nos livros, assim descreveu sua primeira impressão do local:

[...] Nem pena nem pincel podem descrever a primeira impressão que o paradisíaco Brasil causa a qualquer estrangeiro [...] na entrada da baía há três belos fortes, além de vários grupos de ilhas, ao longe vislumbram-se altíssimas montanhas cobertas de palmeiras e muitas outras espécies de árvores. (Kann e Lima, p. 313 *apud* Rezzutti, 2017)

De acordo com Santos (1927), os primeiros anos de D. Leopoldina no Brasil foram felizes. Logo, nasceu a primeira filha do casal, Maria da Glória – ou D. Maria II, a herdeira do trono português. Embora a vida na corte portuguesa fosse bem distinta do costume vienense, levando a austríaca a um certo isolamento, ela estaria feliz com os momentos que passava com o marido, e tinha no sogro uma figura de afeto. Para Santos,

D. Leopoldina adaptou-se de todo á vida, clima e costumes da capital brasileira, conformando-se com as deficiencias da côrte de Bragança, em tudo inferior á Côrte de Vienna. Ella que praticara num meio faustoso, opulento e culto, passara a viver noutro differente.

Vindo para o Rio de Janeiro, foi recebida com extrema alegria pela familia real, muito especialmente pelo seu sogro D. João VI — que lhe devotava immensa estima filial, isso até á hora em que deixou definitivamente o Brasil. (1927, p. 61)

Contudo, a relação entre D. João VI e D. Pedro possuía seus altos e baixos. Segundo Rezzutti (2017), o filho ressentia-se do pai, pois embora ele fosse o herdeiro do trono, o rei expressava uma preferência por uma de suas filhas, “Maria Teresa. Viúva do primo, o infante espanhol d. Pedro Carlos, dele tinha um filho, d. Sebastião, que fazia a alegria de d. João VI.” Ainda conforme o autor, D. Pedro

Aguardando o tempo de governar, e sem contar com o apoio do pai, que preferia a irmã ao seu lado nas reuniões do Conselho de Estado, o príncipe, com ajuda da esposa e de professores esporádicos, continuava a se instruir. Além da música, ocupou-se também de teoria política e do Estado.

Esse auxílio de Leopoldina para a formação intelectual de Pedro também é explicitado na biografia de Santos, quando o autor escreve que “Quanto a cultura intellectual, sabe-se que D. Pedro muito lucrou com a sua alliança, pois apurou á Imperatriz o gosto pelas sciencias naturaes e ensinou-lhe o allemão” (Fleuiss *apud* Santos, 1927, p. 67). Isto é, o matrimônio com uma mulher extremamente culta fez retornar ao esposo a chama da curiosidade pelo aprendizado.

Passam-se uns anos, quando em Portugal estoura a Revolução Liberal do Porto, no ano de 1820. É o início de uma mudança brusca que incide sobre esses anos tranquilos de D. Leopoldina. Conforme Schwarcz e Starling (2018), a conspiração começou com reuniões clandestinas que foram se radicalizando, até a formação de um governo provisório, no qual “as Cortes – reunidas pela última vez em 1698 – foram convocadas com o objetivo de preparar uma nova Constituição” (p. 203). Além do mais, o retorno da família real para Lisboa era outro desejo dos portugueses.

A resposta de D. João VI foi que cabia a ele decidir quem da família real voltaria para Portugal. O rei encontrava-se num dilema, pois queria preservar a integridade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, mas temia perder o controle sob uma das partes, já que pretendia manter o Brasil no absolutismo, enquanto Portugal se direcionava para o constitucionalismo (Rezzutti, 2017).

Nesse contexto, os brasileiros estavam divididos sobre tal possibilidade: uma parte não queria que nenhum membro da família real partisse para Portugal, advertindo que a revolução poderia instaurar-se na ausência; enquanto a outra aderiu ao novo governo instalado pela Corte de Lisboa, e algumas províncias brasileiras, como a Bahia e o Pará, chegaram a se insurgir em levantes para mostrar seu apoio (Rezzutti, 2017).

Como explica Rezzutti (2017), diante dessa situação, D. João VI concordou com a partida de Pedro para a antiga metrópole, algo que o príncipe e Leopoldina a tempo desejavam, mas impôs a condição de que seria uma viagem solo, ou seja, ele deveria deixar no Brasil a esposa e os filhos. Entretanto, o casal não estava disposto a se separar e, juntos, em sigilo, estavam planejando contrariar a decisão do rei. Esse episódio pode ser observado numa carta escrita pela grávida Leopoldina, que pedia o auxílio ao seu secretário, Georg Anton von Schaffer:

Debaixo do maior segredo, de modo que nem viva alma o possa sequer suspeitar, tenha o senhor a bondade de fretar para mim uma embarcação que zarpe brevemente para Portugal, visto que meu esposo deve seguir dentro de três dias e eu devo ficar aqui por tempo indeterminado por motivos que não estou autorizada a divulgar, não nos permitem, sou obrigada a procurar minha salvação na fuga legitimada pelo consentimento do meu esposo. [...] Queira procurar-me uma boa ama de leite [...] para meu filhinho que nascerá no mar [...]. Tudo isso debaixo do maior segredo, ninguém deve sequer suspeitar [...]. (Norton, p. 378 apud Rezzutti, 2017)

Em meio às vicissitudes da situação, com a revolta no Rio de Janeiro⁶ em favor da, ainda inexistente, nova constituição da corte de Lisboa, para desolação de D. João VI, o voto do Conselho de Ministros foi pela mudança de planos, assim parte o pai e fica o filho. Não era apenas o rei que partiria, mas, com exceção de D. Pedro, D. Leopoldina e seus filhos, todo o resto da família retornaria para a Europa. Santos (1927, p. 70) relata: “Para D. Leopoldina, foi triste noticia o ter conhecimento de que seu sogro ia partir definitivamente para Portugal; por elle nutria grande amizade, pois era justamente da familia real, quem revelava mais estima pela esposa do principe herdeiro.”.

No dia 26 de abril de 1821, a nau *D. João VI* navegava, mais uma vez, em direção ao Velho Mundo, conduzindo o rei, depois dele ter permanecido por treze anos em terras brasileiras. Conta-se que ele “ia varado de sobressaltos e tristezas” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 207). Já sua esposa, a polêmica Carlota Joaquina, jogou seu par de sapatos ao mar para não levar nem mesmo “a poeira desta terra de negros” (*apud* Santos, 1927, p. 72). Sobre os que ficaram, Rezzutti (2017) informa:

D. Pedro e d. Leopoldina acompanharam o embarque e retornaram à terra a bordo da galeota real. Ambos ficaram forçados no Brasil: não havia da parte deles, naquele momento, uma identificação forte com os brasileiros e seu destino. Os dois estavam mais voltados para a Europa do que para o seu futuro na América. D. Pedro perdia um freio, que era o pai; agora estava por conta própria, dono de seu próprio destino. E d. Leopoldina, na ausência do sogro, perdia o mais importante aliado que até então tivera.

E antes do regresso do rei, pai e filho compartilharam um momento emocionante, no qual um reflexivo D. João aconselha o jovem príncipe sobre o possível rumo que o Brasil pode tomar. Ao menos, é essa a narrativa de Pedro, já que, como explicam Schwarcz e Starling (2018, p. 207):

O regente foi então chamado ao quarto do pai, onde se deu um famoso colóquio de poucas palavras. Na verdade, só se sabe o que disse o rei a partir da memória do filho, que fez questão de tudo recordar em carta datada do ano seguinte: “Eu ainda me lembro e me lembrarei sempre do que Vossa Majestade me disse antes de partir dois dias antes no seu quarto: Pedro, se o Brasil se separar, antes seja por ti, que

⁶ Segundo Rezzutti, “no dia 26 de fevereiro [de 1821], militares portugueses no Rio de Janeiro, junto com representantes políticos, reuniram-se na Praça do Rocio, atual Praça Tiradentes. Exigiam que d. João aceitasse a Constituição que seria preparada em Portugal como uma só para os Estados debaixo de sua coroa.” (2017.)

hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros”. A memória é traiçoeira, sobretudo essa que se transforma em peça oficial da nacionalidade. Se d. João disse e o filho lembrou ao escrever, ninguém há de saber.

Assim, a história foi seguindo o seu percurso, no qual D. Pedro, com seus 22 anos, dispunha do título de príncipe regente do Brasil. E, aos poucos, D. Leopoldina foi ganhando consciência de que novos princípios estavam florescendo naquele reino americano, e, para se manter fiel ao seu tradicional ideário austríaco – absolutista –, talvez fosse necessário incentivar o seu marido a fazer uma escolha ousada e abrir mão do seu forte desejo de voltar à sua tão amada Europa.

2.3 Conselheira política de D. Pedro I e “Matriarca” da Independência

“[...] o Brasil é, sob todos os aspectos, um país tão maduro e importante, que é incondicionalmente necessário mantê-lo.” (Kann e Lima, p. 383 *apud* Rezzutti, 2017). Foi isso o que disse D. Leopoldina em carta para Maria Luísa, no dia 2 de julho de 1821, em virtude do clima politicamente instável e das ocorrências que se sucederam entre Brasil e Portugal, logo após o retorno de D. João VI para o seio da corte de Lisboa.

Ainda no final de maio, chegou ao Rio de Janeiro a notícia de que as Cortes portuguesas haviam adotado “uma série de “bases”, ou princípios, para servir de orientação para se elaborar a Constituição” (Rezzutti, 2017). No texto, era explanado “que nenhuma disposição constitucional seria adotada antes de os deputados brasileiros chegarem a Portugal e assumirem seus lugares na Assembleia Constituinte” (Rezzutti, 2017). Diante da ausência de ordens explícitas, D. Pedro, seus ministros e o Conselho constataram que, no momento, restava apenas esperar.

No entanto, conforme expõe Rezzutti (2017), circularam boatos e cartazes de que D. Pedro, sob a influência do ministro, o conde dos Arcos, estava sendo anticonstitucionalista e se recusando a jurar as bases da proposta das Cortes. Logo, criou-se uma desconfiança mútua entre o príncipe regente e os autores dos rumores, os militares e os constitucionalistas. O cenário político ia ficando cada vez mais nocivo para o herdeiro do trono, pois ele “perdia em todos os terrenos: sua reputação com a tropa acabara, ficava reduzido a mero fantoche do governo imposto pelos militares, sem qualquer influência política e com o principal aliado partindo não só do governo, como também do Brasil” (Rezzutti, 2017).

A visão política de D. Leopoldina paulatinamente foi pendendo para o lado dos brasileiros, o que fez com que ela discordasse das atitudes do seu marido. Em mais uma carta para a irmã, ela expôs:

[...] Aqui está uma verdadeira miséria, todos os dias novas cenas de revolta; os verdadeiros brasileiros são cabeça boa e tranquila, as tropas portuguesas estão animadas pelo pior espírito e meu esposo, infelizmente, ama os novos princípios e não dá exemplo de firmeza; como seria preciso, pois atemorizar é o único meio de pôr termo à rebelião; receio que tome consciência tarde demais, com seu próprio prejuízo, e só posso ver um futuro negro; Deus sabe o que ainda acontecerá conosco [...]. (Kann e Lima, p. 381 *apud* Rezzutti, 2017)

Em outra carta, desta vez para o marquês de Marialva, a princesa exterioriza seu descontentamento com os militares portugueses, acusando-os de causarem frequentes distúrbios, e mais uma vez ela demonstra consonância com os brasileiros:

Temos aqui quase que diariamente tumultos revolucionários das tropas de Lisboa; o povo e o exército do Brasil são excelentes e fiéis súditos, mas a força lhes impõe silêncio; eu não sei que fim este terrível turbilhão de espírito constitucional levará; embora eu me considere culpada dos sentimentos liberais; acho esses daqui liberais demais, e antevejo um futuro funesto e estou muito contente que nosso excelente soberano tenha se atirado aos braços de sua bem-amada pátria; pudesse eu fazer o mesmo. Paciência, é preciso ser corajosa e constante, um dever sagrado mo impõem. (Kann e Lima, p. 382 *apud* Rezzutti, 2017)

O sensível panorama político brasileiro foi evoluindo para um maior número de conflitos, com isso, os ideais de independência iam ganhando cada vez mais força entre os brasileiros. E já estava ficando visível o papel que a princesa austríaca exercia como conselheira de D. Pedro, visto que, segundo Rezzutti (2017), o príncipe "dividiu suas dúvidas e seus acertos desde o início com d. Leopoldina". Uma evidência disso são as cartas que a princesa enviou à Europa, que revelam que ela não era uma consorte passiva, muito pelo contrário, "Leopoldina sabia o que acontecia, tinha opinião, que às vezes era bem-vinda, outras vezes não, mas o marido sempre a escutava." (Rezzutti, 2017).

Diante do caos político causado pelas Cortes de Lisboa, que colocava "em risco a integridade da herança que d. João VI poderia legar aos seus descendentes" (Rezzutti, 2017), Leopoldina, oriunda de tradição absolutista, estava ciente da importância de manter o controle do trono brasileiro, mesmo que isso significasse tornar o país independente de Portugal.

Nesse período, o Parlamento em Lisboa tomou duas decisões radicais: anularam a condição de reino do Brasil, voltando a tratar a nação como colônia, e passaram a exigir o regresso de D. Pedro para Europa, com a justificativa de que lá ele iria completar sua

educação (Rezzutti, 2017). Mediante tais medidas, “começaram os brasileiros a agir e, [...] resolveram induzir a D. Pedro – que estava em preparativos para partir – a desobedecer às Cortes, permanecendo no Brasil” (Santos, 1927, p. 72-73).

Na obra de Rezzutti (2017), vemos que Leopoldina desempenhou um papel político chave na escolha de D. Pedro. Primeiramente, o autor conta que, devido a sua gestação, a princesa “alternou entre choro e ameaças de que não embarcaria para parte alguma antes do nascimento da criança, até que d. Pedro concordou em aguardar o parto em terra, pondo fim à hipótese de partirem dia 11 de dezembro” (2017).

O biógrafo ainda revela mais sobre a lucidez política da princesa, que, “com visão mais arguta que a do marido, percebia que Portugal, nas mãos da turba que governava as Cortes, já estava perdido para eles” (Rezzutti, 2017). Enquanto Portugal estava politicamente instável, o Brasil mostrava-se uma potência promissora.

Rezzutti também insere uma confidência da princesa do Brasil para seu secretário Schäffer, no qual nota-se que para ela era fundamental impedir a partida de Pedro:

Fiquei admiradíssima quando vi, de repente, aparecer meu esposo, ontem à noite. Ele estava mais bem disposto para os brasileiros do que eu esperava – mas é necessário que algumas pessoas o influam mais, pois não está tão positivamente decidido quanto eu desejaria. Dizem aqui que tropas portuguesas o obrigarão a partir. – Tudo então estaria perdido e torna-se absolutamente necessário impedi-lo. Pernambuco deseja voltar à obediência, mas não quer nada saber das Cortes – não deverá, porém, manifestá-lo sob pena de ele não aquiescer. Responda-me depressa por escrito, pois não convém visitar-me, a fim de que não desconfiem. (*apud* Rezzutti, 2017)

Com os esforços de D. Leopoldina e o apoio das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, os brasileiros tiveram êxito em seu objetivo, pois em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro, segundo Santos (1927, p. 73), “muito comovido, deu a resposta que se tornou legendária: – «Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação diga ao povo que fico».” Sobre esse episódio histórico, Schwarcz e Starling (2018, p. 211) questionam a veracidade dessa célebre declaração do príncipe regente, dizendo que “E, se d. Pedro não se fez de rogado, até hoje pairam suspeitas acerca das famosas palavras declaradas pelo príncipe”.

De qualquer forma, apenas dois dias depois do “fico”, houve o levante da Divisão Auxiliadora Portuguesa que, em consequência da mentira do general Jorge de Avilez – que fingiu ter sido demitido –, foram às ruas destruir vidraças e ameaçar a população (Rezzutti). À noite, enquanto o casal real estava no teatro, quando os portugueses causaram mais confusão, fazendo com que:

Após o fim da peça, d. Pedro foi escoltado até São Cristóvão por oficiais brasileiros e, de lá, enviou d. Leopoldina, grávida de oito meses, e os filhos para fora da cidade. Partiram às três horas da madrugada para a Fazenda de Santa Cruz. Enquanto isso, o príncipe tratou de arregimentar as tropas favoráveis e partiu para o Jardim Botânico, onde ficava a fábrica de pólvora, para assegurar-se de que estava protegida e em mãos dos brasileiros.

Apesar de não ter havido batalha e do general e suas tropas terem se retirado para Niterói, a fuga de Leopoldina e de seus filhos trouxe uma lamentável consequência: o casal perdeu seu segundo filho, o presumido herdeiro do trono brasileiro, João Carlos, “vítima da precipitada viagem e da inclemência do clima estival a que não pôde resistir em sua tenra idade.” (Santos, 1927, p.77).

Convém citar um personagem que também marcou a memória desse momento histórico, o vice-presidente do governo provisório paulista, José Bonifácio de Andrade. Com o intuito de demonstrar o apoio dos paulistas a D. Pedro, Bonifácio foi para o Rio de Janeiro. Segundo Rezzutti (2017), a fama de homem culto que possuía o paulista, fez com que Pedro o nomeasse secretário do Reino, Justiça e Negócios Estrangeiros do seu novo governo. Além disso, foi Leopoldina quem informou a Bonifácio sobre sua nomeação e, diante da recusa inicial, ela insistiu para que o paulista seguisse para o Rio de Janeiro para, pelo menos, conversar com Pedro (Rezzutti, 2017).

O sentimento de autonomia foi se intensificando pela nação, gerando um aumento de revoltas contra as tropas portuguesas. Nesse momento, D. Pedro “prontamente decretou que as tropas portuguesas no Brasil deveriam se submeter a sua autoridade ou deixar o país.” (Rezzutti, 2017). Em meio a uma grande sucessão de eventos, vale ressaltar o decreto de D. Pedro para a “convocação da Constituinte brasileira” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 214).

Conforme Rezzutti (2017) relata na biografia de Leopoldina, a medida não a agradou muito, devido a sua criação absolutista e ao receio de repetir a mesma situação de D. João VI em Portugal, porém

O mesmo não se verificou no Brasil. Assim que o movimento autonomista e depois o movimento de independência ganharam d. Pedro e d. Leopoldina como protagonistas, os brasileiros viram neles aliados de primeira hora, não tiranos que deveriam ser derrotados para cederem seu poder. Conforme d. Leopoldina foi tendo segurança de que nada tinha que temer dos brasileiros, seus receios arrefeceram na mesma medida da certeza do caminho trilhado.

Com isso, o momento culminante da luta pela independência teria palco em São Paulo. Embora D. Pedro tivesse conseguido controlar tensões políticas nas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o clima político em São Paulo permanecia instável à Bernarda

de Francisco Inácio⁷, uma sublevação local. Para reduzir a agitação e assegurar o apoio paulista, D. Pedro partiu para São Paulo em 14 de agosto de 1822, acompanhado de uma pequena comitiva (Schwarcz e Starling, 2018).

No âmbito público, a viagem demarca a concretização da Independência do Brasil. Já no privado, é o símbolo do início do sofrimento conjugal de Leopoldina, pois foi neste local que Pedro conheceu Domitila de Castro. Santos (1927, p. 82) menciona que “D. Leopoldina despediu-se affectuosamente de seu marido, mal sabendo ella que essa viagem ia marcar uma nova phase na vida amorosa de D. Pedro, e para o Brasil uma nova era”.

Durante a ausência de D. Pedro, ele nomeou sua esposa para ocupar a regência no seu lugar: “Por decreto assignado no dia anterior, tinha D. Pedro autorizado D. Leopoldina a tomar em sua ausensia as medidas necessarias e urgentes que deviam ser expedidas, ao Conselho de Ministros, cuja presidencia foi confiada á mesma Serenissima D. Leopoldina.” (Santos, 1927, p. 83).

A crença de que foi Leopoldina quem assinou a Independência do Brasil é desmistificada por Rezzutti (2017). Conforme o autor, como regente, a autoridade de Leopoldina era restrita, pois suas decisões necessitavam da aprovação e da ratificação de Pedro. Logo, era perante esses termos que a princesa “cumpria o seu papel: despachava com ministros, secretários e o Conselho. Comportava-se como era esperado de uma arquiduquesa Habsburgo” (Rezzutti, 2017).

Em relação ao Grito do Ipiranga, Schwarcz e Starling (2018, p. 217) afirmam que após a partida do príncipe regente para São Paulo, Bonifácio “emitira ao corpo diplomático circular em que declarava a emancipação”. Ainda assim, segunda as autoras, esperava-se por um momento oportuno, um estímulo para sublinhar tamanha decisão nos atos de D. Pedro. E essa oportunidade veio a navio de Lisboa, quando, em 21 de setembro de 1822, chegaram no Rio de Janeiro as Cartas Régias das Cortes de Portugal que “ordenava a volta imediata do príncipe, o fim de uma série de medidas que consideravam privilégios brasileiros, e acusaram de traição os ministros que cercaram o regente” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 218).

Em 2 de setembro, Rezzutti (2017) relata que, no Palácio de São Cristóvão, D. Leopoldina convocou e presidiu o Conselho de Estado, no qual ficou decidido que iriam escrever ao príncipe para que ele proclamasse a independência. Tanto Leopoldina quanto

⁷ Conflito ocorrido em São Paulo, entre maio e setembro de 1822, que colocou autoridades locais e tropas em oposição, ficando divididos entre a causa revolucionária e a lealdade a Portugal. Ler: De Mattos e De Menezes Borrego, 2022..

Bonifácio enviaram cartas, mas a que interessa para esse trabalho é a da austríaca, que escreveu:

Pedro, o Brasil está como um vulcão. Até no paço há revolucionários. Até oficiais das tropas são revolucionários. As Cortes Portuguesas ordenam vossa partida imediata, ameaçam-vos e humilham-vos. O Conselho do Estado aconselhava-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças, se partirmos agora para Lisboa. Sabemos bem o que tem sofrido nossos pais. O rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das Cortes que perseguem e humilham os soberanos a quem devem respeito. Chamberlain vos contará tudo o que sucede em Lisboa. O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece. Ainda é tempo de ouvirdes o conselho de um sábio que conheceu todas as cortes da Europa, que, além de vosso ministro fiel, é o maior de vossos amigos. Ouvi o conselho do vosso ministro, se não quisedes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que ireis fazer em São Paulo. Fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e, contra a vontade do povo brasileiro, os soldados portugueses que aqui estão nada podem fazer. Leopoldina. (Oberacker, p. 446-7 *apud* Rezzutti, 2017)

Na carta, é possível ter noção da dimensão política de Leopoldina, que soube atuar nos bastidores dos conflitos pela independência do Brasil, influenciando Pedro a tomar uma decisão. Ela era uma estadista perspicaz que havia se apegado à causa brasileira e sabia que a independência era iminente, estando cada vez mais perto. Dentro de seus limites como esposa regente, a austríaca apresentou um argumento estratégico e emotivo capaz de influenciar o marido, aconselhando-o a ser prudente e pensar no dever dinástico que tem com o Brasil, uma nação que ainda iria prosperar. Logo, Leopoldina sabia que era necessário agir antes que fosse tarde, pois, em suas palavras, “O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece” (*apud* Rezzutti, 2017).

Por conseguinte, a emancipação foi alcançada no dia 7 de setembro de 1822, quando os correios chegaram ao príncipe regente – que estava sofrendo de diarreia – nas proximidades do riacho do Ipiranga (Rezzutti, 2017,). Foi neste cenário que a memória nacional enalteceu a figura de D. Pedro, que, como nos é ensinado nas escolas, teria bradado “Independência ou morte!”.

É assim que se inaugura uma nova fase política para o Brasil, que passou a ser um Império governado por D. Pedro I, tendo ao seu lado – ao menos por mais quatro anos –, a Imperatriz Consorte Leopoldina, cuja formação educacional a preparou para ser uma estadista. E, ao longo desses primeiros anos de casamento – antes de Domitila tomar esse posto –, a imperatriz exerceu uma influência crucial sobre o marido, motivando-o a consagrar o Brasil como uma nação independente de Portugal. Portanto, como explica Santos (1927), D. Leopoldina foi peça chave para a concretização desse processo político.

3. NARRATIVAS E DISPUTAS DE MEMÓRIAS

3.1 Comparação entre as duas biografias

A trajetória da primeira imperatriz do Brasil é um tema que já chamou a atenção de vários estudiosos, estando gravada nas páginas de múltiplas biografias escritas entre o século XIX até a atualidade. Segundo a historiadora Viviane Tessitore (em Rezzutti, 2017), a primeira delas foi “*Les Impératrices*”, de Antoinette Celliez, publicada ainda em meados do século XIX, na França. Além disso, a historiadora afirma ter encontrado “mais de 139 itens, entre biografias, artigos, romances, crônicas, edições de documentos e peças teatrais, bem como várias matérias na grande imprensa, em jornais locais e da colônia alemã” (Tessitore em Rezzutti, 2017), que protagonizam Leopoldina.

Tessitore (em Rezzutti, 2017) segue explicando que, entre as primeiras referências sobre a imperatriz, foi lançado, no período do seu centenário de morte em 1926, “A imperatriz Maria Leopoldina”, coletânea de documentos do Arquivo Nacional; e “A Paladina da Independência”, um estudo pioneiro escrito por Max Fleiuss. As duas obras foram significativas para o desenvolvimento de pesquisas sobre a austríaca no Brasil, de tal modo que, no ano seguinte, temos a publicação de “A Imperatriz D. Leopoldina: Mãe do Imperador D. Pedro II”, a biografia escrita por Santos, em que vemos diversas referências aos dois textos.

O livro conta com oito capítulos, alguns anexos e gravuras. O autor fala sucintamente sobre a família Habsburgo, a infância de Leopoldina no período napoleônico e do seu noivado com D. Pedro I. Entretanto, o eixo da narrativa está nos eventos que sucederam depois de sua vinda para o Brasil, indo dos episódios políticos até sua morte. Como já referido anteriormente, Santos era um historiador militar, cujas palavras, à respeito da imperatriz, tinham uma tonalidade enaltecadora.

Entre os anexos, Santos brevemente narra suas recordações sobre um fato muito interessante: ele foi escalado, pela companhia que fazia parte – segundo ele, a 3ª do 52º Batalhão de Caçadores – para ser um dos soldados que participava da transladação dos restos mortais da primeira imperatriz, que fez o transporte do Convento da Ajuda – que foi demolido – para o de Santo Antônio. A transladação ocorreu em 1911, e o autor afirma, em caixa alta, que “POUCAS MISSÕES HONRAR-ME-HÃO TANTO COMO ESSA” (Santos, 1927, p. 172).

No geral, Santos ostenta uma determinação em aludir ao caráter virtuoso de Leopoldina: uma mulher culta, uma esposa dedicada, um símbolo de moralidade que, embora fosse estrangeira, servia de inspiração para a formação da nacionalidade brasileira. Afinal, nas palavras do próprio autor, “Dizem muito acertadamente que a vinda de D. Leopoldina ao Rio de Janeiro veio transformar sensivelmente a vida da capital brasileira”, visto que “desde os seus primeiros dias no Brasil, que essa Serenissima Princeza, enviou os maiores e melhores esforços para o progresso do mesmo sob todos os pontos de vista.” (Santos, 1927, p. 62).

Além disso, sob a perspectiva de Santos, vemos que a primeira imperatriz do Brasil esteve obstinada em interferir pela causa brasileira, influenciando D. Pedro I a também tomar o partido desta nação. A soberana, assim, era alvo de grande veneração pelos seus súditos que, eventualmente, se compadeceram ainda mais com ela diante das humilhações causadas pelos casos extraconjugais do seu marido, “um príncipe irrascível, e que cortejava toda casta de mulheres.” (Santos, 1927, p. 9). Mesmo tendo tido casos com muitas mulheres, o relacionamento de D. Pedro I com Domitila de Castro é o mais memorável, mediante a longa duração e pela influência política que a mesma soube exercer sobre o imperador, fazendo com que essa quebra de moralidade ganhasse notoriedade nacional.

A ótica laudatória e nacionalista de Santos, consiste em características comuns nas produções intelectuais no Brasil da década de 20, que eram marcados pela incessante busca da identidade nacional. De acordo com Carreta (1999, p. 420), nesta época, os intelectuais

Acreditavam que era preciso escapar do "atraso" e que sua vocação "ou missão" seria conduzir a nação ao encontro de si mesma. A grande preocupação dos intelectuais era a construção da identidade e das instituições nacionais. A nação e a nacionalidade já existiriam, faltariam ainda as instituições para dar forma política à nação e ao povo brasileiro.

Nesse sentido, vemos Santos homenageando o centenário de morte da “mãe do Brasil”, que, como disse o autor, se não merecer destaque por suas virtudes, merece por ser a mãe do imperador D. Pedro II – que para o biógrafo, esse sim deve ser exaltado. Todavia, o tom apologético da obra oferece suas limitações, sobretudo na história da imperatriz antes de vir para o Brasil.

A vida de Leopoldina na Corte de Viena, “onde passara uma existencia de quase 20 annos felizes” (Santos, 1927, p. 9), não é o objeto dessa narrativa biográfica. Dos seus anos passados na Áustria, vemos vagamente um pouco sobre sua família, pois o foco está na sua faceta de princesa e imperatriz do Brasil. E mesmo assim, a imagem que ele descreve da

austríaca, de excepcionalmente virtuosa, – “Era D. Leopoldina muito amada pelos brasileiros que já a chamavam de «mãe dos brasileiros...» como eram felizes taes subditos!... ter por futura imperatriz uma Princeza de tão nobre sangue, de tanta pureza d’alma e de sentimentos tão nobres...” (Santos, 1927, p. 99) – coloca-a num patamar idealizado, afastando-a um pouco de sua humanidade.

Apesar de Santos valorizar a intelectualidade de Leopoldina, sua biografia é carente de uma análise crítica mais profunda, já que não explora minuciosamente nem sua formação intelectual, nem sua atuação política no Brasil, vemos com um pouco mais de ênfase apenas a paixão da austríaca pelas ciências naturais. Essa superficialidade do passado da primeira imperatriz do Brasil, pode ser associada com a não tão vasta documentação sobre a imperatriz nos anos 20, pois foi só

Aos poucos, cartas, diários e anotações foram sendo doados a arquivos, museus e institutos históricos, e importantes projetos de cópia de documentos no exterior começaram a ser desenvolvidos por estes institutos, possibilitando ao que era baseado na tradição adquirir contornos de conhecimento histórico. (Tessitore em Rezzutti, 2017).

Gradualmente, o modo de se fazer história foi ganhando outras possibilidades, primeiro com a fundação da revista *Annales*, em 1929, “um ato que fez nascer a nova história” (Le Goff, 2013, p. 125), e, mais tarde, também pela “onda” história-memória, que teve como destaque “a nova história francesa, o novo marxismo britânico e a micro-história italiana” (Schmidt, 2012, p. 202). Isso abre novos caminhos para o gênero das biografias, que eram tratadas como um gênero de menor importância, uma fonte de relatos superficiais, sendo utilizadas apenas como material básico para construir narrativas históricas mais amplas (Schmidt, 2012).

Dessa maneira, passa-se a haver um maior interesse pela narrativa das vozes silenciadas – tais como as dos camponeses, trabalhadores, mulheres, escravizados etc. –, o que induz a uma “redescoberta” na escrita das narrativas biográficas. Conforme explica Loriga (em Revel, 1998, p. 225):

A redescoberta da biografia remete principalmente a experiência no campo da história atentas ao “cotidiano”, a “subjetividades outras”: por exemplo, a história oral, os estudos sobre a cultura popular e a história das mulheres. O desejo de estender o campo da história, de trazer para primeiro plano os excluídos da memória, reabriu o debate sobre o valor do método biográfico.

Paralelamente a essas mudanças na historiografia, nos anos 1970, estavam os questionamentos do movimento feminista, que já exploravam a temática de gênero, também

estimulando o desenvolvimento da História das Mulheres. Segundo Pinsky (2009, p. 160-161),

Na tarefa de reescrever a História, agora levando as mulheres em consideração, por um lado, ganharam destaque as biografias de mulheres e as evidências de participação feminina nos acontecimentos históricos e na vida pública. Por outro lado, passou a ser valorizada a “dimensão política da vida privada”, local privilegiado, mas não único, da *female agency*. [...] Certos trabalhos apresentam as mulheres atuando na história da mesma forma que os homens. Outros, por sua vez, revelaram possibilidades diferenciadas das experiências femininas.

Nesse período, foi lançado em 1973, uma das mais relevantes biografias sobre D. Leopoldina, “A Imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época”, de Carlos H. Oberacker Jr, considerado por muitos como seu melhor biógrafo. E finalmente, depois de décadas desses debates e transformações nos métodos e critérios das pesquisas historiográficas e da escrita biográfica, temos a publicação de “D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil”, em 2017, de autoria de Paulo Rezzutti.

Em posse das mais variadas fontes sobre a primeira imperatriz brasileira, Rezzutti empreendeu uma revisão densa e meticulosa acerca da história de Leopoldina. Documentos manuscritos, cartas, bilhetes, jornais, relatórios, livros, artigos consistem em algumas das referências que o biógrafo consultou. Pesquisador da História do Brasil, é reconhecido pelas biografias de personagens do período imperial. O livro sobre Leopoldina faz parte da coleção “A história não contada”, que também já narrou as trajetórias de D. Pedro I, Domitila de Castro e D. Pedro II.

Rezzutti dividiu a biografia de Leopoldina em três partes, através de doze capítulos – com seus subcapítulos –, mais o posfácio escrito por Claudia Witte e Viviane Tessitore. Na primeira parte, o biógrafo apresenta, dentre alguns aspectos, a família Habsburgo e a infância de Leopoldina, explorando sua educação na Corte de Viena. Já a segunda parte, é dedicada às preparações para o casamento com o príncipe português, e o período de espera e de embarque na viagem rumo ao Novo Mundo. Por último, a terceira parte é dada aos anos de D. Leopoldina no Brasil, indo de 1817, com sua chegada, até 1826, com sua morte. Ao longo desta biografia, pode-se verificar uma aproximação entre a vida privada e a vida pública da imperatriz, o que torna a narrativa mais diversificada, mais envolvente.

Dessa forma, vemos uma personagem mais complexa, que não se resume ao papel de esposa virtuosa. Sua formação intelectual, seu gosto pela ciência e sua participação política ativa são investigados com maior vigor, expondo suas qualidades, seu fascínio e seus ideais. Mas também vemos sua fragilidade sendo exposta com as frustrações do casamento, pois,

embora tenha agido com resignação e tenha procurado alegrias na dedicação que tinha com os filhos, é inegável que os últimos anos de vida de Leopoldina foram penosos. Fica compreensível a pertinência da afirmação do autor de que “ser uma arquiduquesa austríaca requeria, além de ser bem-educada, ter sangue-frio acima de qualquer limite tido como normal” (Rezzutti, 2017,).

À respeito da metodologia das construções biográficas contemporâneas, Karsburg compartilhou uma reflexão que sintetiza bem os aspectos que vemos no trabalho de Rezzutti. Para o autor, analisar um indivíduo é uma tarefa que tem dois parâmetros: “o primeiro é investigar o lugar do indivíduo no mundo, restituí-lo ao seu tempo histórico para perceber que recursos estão ao alcance e como são utilizados para minimizar as incertezas da vida” (Karsburg, 2015, p. 47-8); já o segundo consiste na busca pela singularidade daquele sujeito, que se move entre a fronteira da normalidade e excepcionalidade.

É possível dizer que o que mais se destaca neste livro é o método de Rezzutti, que ao contar a história de Leopoldina, usa trechos da correspondência dela como um instrumento de constatação de seus dilemas pessoais. As fontes documentais têm grande relevância na construção da narrativa de Rezzutti, e a partir delas vemos um cruzamento de evidências para a ilustração histórica. Como por exemplo, na viagem de Leopoldina para o Brasil, o autor além das cartas da princesa, também fundamenta-se nas cartas e no diário da condessa von Künburg⁸ – uma das damas de companhia austríaca na viagem. Assim, Rezzutti consegue expor uma visão mais farta do episódio, mostrando diferentes perspectivas, seja sobre o humor da princesa com o atraso da frota portuguesa, seja sobre o período que passaram no mar.

Além disso, o biógrafo também abre espaço para contextualizar os eventos que perpassam a trajetória de Leopoldina, seja em relação à intervenção de Napoleão Bonaparte na Europa no início do século XIX ou à mentalidade revolucionária no Brasil no período joanino e durante a regência de Pedro. No mais, ao contrário de Santos, Rezzutti não reduz D. Pedro I à imagem de um homem genioso ou de comportamento censurável, afinal, depois de ter estudado o príncipe para escrever sua biografia, seria difícil resumir sua complexidade apenas ao comportamento negativo demonstrado em sua relação com Leopoldina.

Inclusive, uma questão-chave presente nas biografias de Santos e de Rezzutti é a contestação sobre o boato de que D. Pedro I teria dado um pontapé no ventre de sua esposa grávida durante uma discussão do casal, razão pela qual ela teve um aborto. Mesmo Santos,

⁸ "Maria Ana von Künburg (1782-1824), nobre austríaca que acompanhou d. Leopoldina em sua viagem de Viena até o Rio de Janeiro, em 1817." (Rezzutti, 2017)

que demonstra uma opinião crítica ao caráter do imperador, e ao narrar essa discussão, chama-o de “monstro”, “bruto e selvagem” (Santos, 1927, p. 136), não acredita nessa história. Já Rezzutti, buscou nos laudos médicos da imperatriz para se certificar de que o ato dificilmente seria verdade, para ele, a história não passa de uma lenda que se intensificou com a morte da austríaca.

Por último, vale referir que Rezzutti, em fevereiro de 2012, esteve na Cripta Imperial e, como parte da equipe, presenciou a exumação de D. Leopoldina. Como as vestes que a falecida usava em seu funeral se preservaram, ele pôde, 185 anos depois, ter um contato mais próximo com seu objeto de estudo. É intrigante que cada um dos biógrafos, ao seu modo, compartilharam experiências com os restos mortais da imperatriz.

3.2 Memória da “mãe do Brasil”

No dia 11 de dezembro de 1826, após sucessivos dias acamada, morreu a primeira imperatriz do Brasil. Há muito tempo Leopoldina passava por crises de melancolia, sentia falta da família na Europa, sofria com a ausência do marido que cada vez mais se apegava a sua amante favorita, ela “já não era aquella alegre creatura; estava agóra pallida, pois aos poucos suas faces perdiam as bellas côres que antes tinham e a sua fisionomia tornaram-se tristonha, dolorosa, scismatica. Horas e horas passava como que empolgada numa tristeza imensa.” (Santos, 1927, p. 133).

Desde novembro, com três meses de gravidez, D. Leopoldina estava doente, com variações no seu estado clínico, alternando entre momentos bons e ruins. D. Pedro I que estava de partida para o Rio Grande do Sul, para tomar a frente das complicações com a Guerra da Cisplatina, adiou a viagem em dois dias. Ele então embarcou no dia 23 de novembro, o último momento do casal real juntos, conforme Santos (1927), foi emotivo, e Leopoldina a tudo perdoou.

O povo ganhou ciência do estado de saúde da imperatriz no dia 29 de novembro, mas foi em 3 de dezembro, quando a imperatriz sofreu um aborto que eles entenderam a seriedade do problema (Rezzutti, 2017). Assim, segundo conta Rezzutti (2017), os boletins médicos de Leopoldina passaram a ser publicados no jornal. A comoção popular fica evidente no relato do embaixador da Prússia, Theremim, que explica como a população rezava quase que diariamente pela saúde da austríaca:

A consternação no meio do povo era indescritível; nunca [...] foi visto igual sentimento uníssono. O povo se encontrava literalmente nos joelhos rogando ao Todo Poderoso pela conservação da imperatriz, as igrejas não se esvaziavam e nas capelas domésticas todos se encontravam de joelhos, os homens formavam procissões, não das habituais que quase costuma provocar risos, mas sim das de verdadeira devoção. Em uma palavra, tal inesperada afeição, manifestada sem dissimulação, deve ter sido para a alta enferma uma verdadeira satisfação. Fui todas as manhãs a São Cristóvão, para onde se apressavam a ir todas as classes de gente. (Oberacker, *Os ofícios do cônsul prussiano Von Theremin sobre a morte da imperatriz Leopoldina*, p. 211 *apud* Rezzutti, 2017)

De acordo com Santos (1927, p. 140), atacada de sépsis puerperal, “dia a dia, a molestia ia dando cabo da bondosa Imperatriz”. Em seus momentos finais, despediu-se dos filhos e pediu perdão a todos os criados por qualquer ofensa que os tenha causado. Quando, por fim, faleceu, uma tristeza dolorosa e silenciosa tomou conta da população, enlutada pela perda da virtuosa mãe da pátria, e durante seis meses, a nação ficou em luto (Santos, 1927).

Para Tessitore (2017), a relação da imperatriz com seus súditos era uma ligação de empatia. Primeiro, a adesão de Leopoldina à causa revolucionária fez com que fosse cada vez mais associada à imagem de “mãe dos brasileiros”. Segundo, o casal real teve seu auge de popularidade logo após a Proclamação da Independência, todavia, devido a insatisfação popular com a política de Pedro, que apresentava um teor autoritário – como a dissolução da primeira Assembleia Constituinte do Brasil em 12 de novembro de 1823 –, e com seus escândalos amorosos, ele foi perdendo um pouco da estima popular. Enquanto isso, Leopoldina continuava numa posição de admiração, já que, para a população, ela havia se colocado “a serviço da emancipação política” e “passou a viver uma triste sina de esposa desditosa desde que o marido levou para o Rio, em 1823, Domitila de Castro” (Tessitore, 2017).

O comportamento de Leopoldina com relação a vulgarização dos casos amorosos de Pedro, segundo Tessitore (2017), não era um exemplo de passividade, submissão ou fraqueza, mas sim uma ação estratégica, quase como um dever dinástico, para manter o equilíbrio monárquico e, conseqüentemente, manter a imagem da Família Imperial como respeitável, preservando a aceitação popular. Portanto, para a imperatriz era essencial “tornar-se um símbolo de comportamento moral e virtuoso, capaz de inspirar amor e respeito à instituição monárquica e à nação que representava” (Tessitore, 2017).

Num discurso para a Câmara, o deputado D. Romualdo exemplifica como a memória da imperatriz, logo após sua morte, estava interligada com sua atuação no processo de independência e com a ideia simbólica de “mãe da nação”, ao dizer que:

Qual é o brasileiro que não sabe quanto ela se identificou com os nossos interesses e com a causa da pátria, quanto o atrativo das suas egrégias virtudes contribui para chamar a reunir os membros da

grande família brasileira em roda do trono constitucional, como centro da unidade política, quanto finalmente as suas relações de sangue com os maiores soberanos da Europa concorrerão para vencer à face de todas as nações a justiça de nossa causa, e dos nossos esforços à prol da independência e liberdade? E quando não houvessem tão superabundantes e justificados motivos para penhorar a gratidão e lealdade brasileira, não foi ela o majestoso trono, e a imortal fundadora dessa dinastia, a quem temos jurado fidelidade: a mãe do tenro príncipe, que faz as nossas esperanças, e dessas mimosas princesas, que nos encantam pela sua inocência, e pelas suas graças? (*Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1827, tomo I, p. 194 *apud* Rezzutti, 2017).

Ademais, a evocação da memória da primeira imperatriz como heroína patriótica não é algo que ficou no passado. Sua participação política está gravada no acervo sobre a Independência do Brasil da Biblioteca História do Itamaraty (BHI), e "Entre as obras que adotaram a Imperatriz Leopoldina como tema, três foram publicadas nos anos de 1826 e 1827 e abordaram homenagens póstumas. As demais datam de 1926, 1938 e 1997." (De Azevedo, 2022, p. 160)

Os livros sobre a História do Brasil, volta e meia, reconhecem sua figura como relevante para o sucesso da independência, mesmo secundarizando sua participação. Por exemplo, no livro de Tobias Monteiro, "História do Império", publicado no século XX, a imagem da imperatriz aparece como obstinada em lutar pelo que queria, seja para não deixar o príncipe partir para Portugal sem ela, logo após a Revolução do Porto de 1820; ou para convencer o marido a não partir imediatamente para a Europa, como requeria a Corte de Lisboa. Nesse último caso, Monteiro (2018, p. 375) narra: "Como havia feito em fevereiro, Leopoldina, grávida de sete meses, insurgia-se outra vez contra a ideia de abalançar-se à travessia do oceano; dois dias seguidos, chorava para não partir. O pranto só estancou quando d. Pedro se resolveu a atender-lhe os rogos".

Outro exemplo é o livro "Brasil: uma biografia", escrito por Lilia Schwarcz e Heloisa Murgel Starling, onde as autoras descrevem a princesa como adepta da causa revolucionária: "Com o tempo, a princesa se convertia numa das grandes influências favoráveis à emancipação e a desobediência do regente às Cortes. Leopoldina parecia temer o constitucionalismo português, permanecendo fiel aos princípios do absolutismo." (Schwarcz e Starling, 2018, p. 211).

Por fim, vale a pena fazer uma breve alusão a representação midiática mais recente da imperatriz na telenovela "Novo Mundo" da emissora Rede Globo, exibida pela primeira vez em 2017. Na obra, como é comum em dramatizações, vemos uma personagem romantizada, mostrando um conflito entre a ficção e a historicidade. De um lado, a novela trouxe um pouco de sua participação política na independência, mas também apresentou "elementos inusitados

em suas biografias, a exemplo da atitude ativa e desafiadora frente à amante favorita do marido" (Reis e Oliveira, 2019, p. 5).

Dessa maneira, é perceptível que ao longo dos anos, a memória da imperatriz permanece viva no imaginário nacional. E, apesar da trajetória de Leopoldina possuir diversos aspectos – como sua formação intelectual, sua religiosidade e sua paixão naturalista –, sua adesão à causa revolucionária brasileira e sua postura diante dos casos amorosos de seu marido, fizeram com que se sobressaísse a lembrança dela como “mãe dos brasileiros” e esposa traída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer a vida de D. Leopoldina através das páginas de *A Imperatriz D. Leopoldina: Mãe do Imperador D. Pedro II* e de *D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil*, fica claro que a intelectualidade da mesma é uma certeza para esses dois biógrafos. O objetivo deste estudo era analisar as representações da arquiduquesa austríaca e imperatriz do Brasil nessas duas biografias, tendo como foco sua faceta intelectual, aspecto que era secundarizado na memória nacional, que preconizava seu enredo de mulher virtuosa e esposa mártir.

Com relação à sua formação educacional, a biografia de Rezzutti é a que investiga mais a fundo, apresentando a rigorosidade dos estudos na Casa d'Áustria, que preparava os arquidukes e as arquiduquesas para terem uma visão de estadistas, mas também para verem na religião um pilar. Além disso, havia espaço para diversão que, às vezes, poderia vir dentro do padrão erudito, como era o caso de Leopoldina com sua aptidão pelas ciências naturais. Já a obra de Santos, embora mencione com certa frequência sua primorosa educação, seu elevado intelecto e sua paixão naturalista, o faz de forma superficial, deixando maiores lacunas na vida da arquiduquesa antes de vir para o Brasil.

Enquanto sobre seu exercício de poder político, novamente veremos uma maior apuração na narrativa de Rezzutti, que evidencia como, desde sua vinda à América, D. Leopoldina foi aprendendo a influenciar D. Pedro I de forma discreta nas suas escolhas políticas – claro que nem sempre ela teve êxito. O autor também destaca o papel crucial da princesa nos bastidores, cuja influência foi fundamental para a decisão de D. Pedro de proclamar a independência do Brasil.

Com Santos, os aspectos políticos de Leopoldina são abordados de forma superficial. O historiador atribui à imperatriz o mérito de influenciar seu marido em favor do movimento revolucionário, mas não explora essa faceta em profundidade. Sua narrativa prioriza a imagem idealizada de D. Leopoldina, como uma mulher virtuosa que contribuiu para o desenvolvimento do Brasil, e foi injustiçada pelos infortúnios matrimoniais.

Essa disparidade entre as biografias reflete muito a época em que cada uma foi escrita, pois, à medida que a historiografia incorporou novas perspectivas - com a História Social, História Cultural e a História das Mulheres - os estudos biográficos também evoluíram. Como destaca Schmidt (2012), os biógrafos contemporâneos buscam contextualizar “grandes personagens” históricos como produtos de uma trajetória moldada

pelas circunstâncias sociais, políticas, culturais e familiares em que estavam inseridos. Esse esforço é perceptível na escrita de Rezzutti, que apresenta uma Leopoldina multifacetada e complexa.

Como Bourdieu (2006) já havia destacado, escrever uma história de vida é, em certa medida, uma construção retórica em que se selecionam fatos e se estabelecem ligações causais, criando uma narrativa que sugere que o desfecho estava predestinado desde o início. Em relação à Leopoldina, atribuir-lhe o título de mãe da nação pode-se levar a suposição de que toda a sua vida estava direcionada para esse momento. No entanto, suas ações podem ser vistas como respostas à complexa realidade que ela vivenciou, e não necessariamente como parte de um plano predeterminado.

A comparação entre as duas obras biográficas revela que a construção da memória histórica é sempre fruto de escolhas metodológicas e concepções teóricas próprias de cada época. Sendo amplamente lembrada na história do Brasil, a figura de Leopoldina é frequentemente associada aos 9 anos que viveu no país. Ao analisar essas biografias, fica evidente como sua imagem foi reinterpretada ao longo do tempo na memória nacional, e o quanto é fascinante explorar suas múltiplas facetas para além dos anos que passou no Brasil.

Referências:

- ASTURIAN, Marcos Jovino. História e Biografia: apontamentos teóricos e metodológicos. **Semina-Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 14, n. 2, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.
- CARDOSO, José Luís. A revolução liberal de 1820: guião de uma revolução inacabada. **Almanack**, p. ed00422, 2022.
- CARRETA, Jorge Augusto. **Os intelectuais e a ideia de universidade no Brasil dos anos 20**. 1999. 195 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.
- CASSOTTI, Marsilio. **A biografia íntima de Leopoldina: a imperatriz que conseguiu a independência do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2015.
- DE AZEVEDO, Anderson Leonardo. A representatividade feminina da Independência do Brasil no acervo da Biblioteca Histórica do Itamaraty no Rio de Janeiro. **Maracanan**, n. 31, p. 152-174, 2022.
- DE MATTOS, Renato; DE MENEZES BORREGO, Maria Aparecida. A bernarda de Francisco Ignacio: das disputas historiográficas às representações no Museu Paulista. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 30, p. e022010-e022010, 2022.
- DE OLIVEIRA, Maria da Gloria. Biografia e historia magistra vitae: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 22, n. 42, p. 273-294, 2015.
- DE SÁ AVELAR, Alexandre. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites, tensões. **Dimensões**, n. 24, 2010.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- ENGLUND, Steven. **Napoleão: uma biografia política**. Rio de Janeiro, Zahar, 2011. Englund, 2011.
- FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (dir.). **História das mulheres no Ocidente, Vol. 4: O século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle [et al.]. **História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 21-52.
- KANN, Bettina e LIMA, Patrícia de Souza. **Cartas de uma Imperatriz**. Estação Liberdade, 2006.
- KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Máira Ines; *et al* (orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**, p. 32-52, 2015.
- LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20, moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (Orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2008.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NEVES, Lúcia M. B. P. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.). **Crise Colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **cadernos pagu**, n. 4, p. 9-28, 1995.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 01, p. 159-189, 2009.

REIS, Jarlene Rodrigues; DE OLIVEIRA, Frederico Ferreira. Leopoldina de Habsburgo na novela “Novo Mundo”: Memórias e representações midiaticizadas. **Anais de Resumos Expandidos do Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais**, v. 1, n. 2, 2019.

REZZUTTI, Paulo. **D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017 [livro digital].

SANTOS, Amílcar Salgado dos. **A Imperatriz D. Leopoldina: Mãe do Imperador D. Pedro II**. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1927.

SANTOS, Vivian Matias dos. Para pensar o campo científico e educacional: mulheres, educação e letras no século XIX. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, p. 585-610, 2014.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.

SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana M. Alves; COSTA, Suely Gomes. A história das mulheres: cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG V.2-N. 1**. Niterói: EdUFF, 2000, p. 7-30.

STARLING, Heloísa; PELLEGRINO, Antonia. **A Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

TESSITORE, Viviane. A primeira imperatriz do novo mundo. In: REZZUTTI, Paulo. **D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017 [livro digital].

ZIMMERMANN, Tânia Regina; DE MEDEIROS, Márcia Maria. Biografia e gênero: repensando o feminino. **Revista de história regional**, 2004.